

Um Olhar sobre a Dimensão Social e Ambiental da Sustentabilidade: Uma Análise das Ações Empresariais Reportadas no GRI

A Look at the Social and Environmental Sustainability Dimensions: An Analysis of Business Actions Reported in the GRI

(Mariana Torres Uchôa – USP - marianauchoa@usp.br)

(Ronaldo de Oliveira Santos Jhunior – USP – ronaldojhr@usp.br)

(Ítalo Taumaturgo – USP - italotaumaturgo@usp.br)

Resumo

O presente estudo observa especificamente as dimensões social e ambiental da sustentabilidade e busca tecer uma análise descritiva e comparativa entre essas duas dimensões. Para tanto, foi realizada uma análise de conteúdo seguida de uma análise de escalonamento a partir de relatórios GRI de 149 empresas. Os resultados indicaram que as ações ambientais são reportadas com maior expressividade, pelas empresas do setor de energia e as ações mais reportadas dizem respeito às ações de emissões. Em relação às ações sociais, as mais reportadas foram as práticas trabalhistas e trabalho decente. Notou-se também que a divulgação das ações dos setores de aviação, mineração, construção civil e agências públicas se distanciam consideravelmente do padrão de divulgação dos outros setores. Essas evidências levam a algumas oportunidades de pesquisas futuras a serem realizadas a partir do comparativo dessas duas dimensões. Como contribuição, a pesquisa oferece uma análise das ações ambientais e sociais das empresas, desagregada da dimensão econômica, a possibilidade do uso da pesquisa na prática estratégica das organizações e ainda o incentivo à ampliação de ações organizacionais que beneficiem a sociedade como um todo.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Dimensão Social; Dimensão Ambiental; Estratégia Organizacional.

Abstract

The present study specifically observes the social and environmental dimensions of sustainability and seeks to weave a descriptive and comparative analysis between these two dimensions. To this end, a content analysis was carried out followed by a scaling analysis based on GRI reports from 149 companies. The results indicated that environmental actions are reported with greater expressiveness by companies in the energy sector and the most reported actions concern emissions actions. In relation to social actions, the most reported were labor practices and decent work. It was also noted that the disclosure of shares in the aviation, mining, construction and public agency sectors differ considerably from the disclosure standards of other sectors. This evidence leads to some opportunities for future research to be carried out by comparing these two dimensions. As a contribution, the research offers an analysis of the environmental and social actions of companies, disaggregated from the economic dimension, the possibility of using research in the strategic practice of organizations and also encouraging the expansion of organizational actions that benefit society as a whole.

Keywords: Sustainability; Social Dimension; Environmental Dimension; Organizational Strategy.

Recebido em 26/07/2023

Revisado em 01/08/2023

Aceito em 05/01/2024

1. Introdução

Há algum tempo, o tema da sustentabilidade é presente no mundo das organizações, muitas vezes em formas e conceitos diferentes, mas sempre trazendo o debate do papel das empresas frente a questões sociais e ambientais acerca do futuro da sociedade e das corporações. Em discussões mais recentes, já se apresenta, mais concretamente, a ideia de que sustentabilidade opera de forma estratégica para a competitividade (Dyllick & Muff, 2016), já que empresas altamente envolvidas com esta visão, tendem a ter mais sucesso no mercado (Nogueira Silva, Alberto Teófilo & Pereira Tavares Júnior, 2019).

O Relatório Bruntland (1987) definiu a sustentabilidade como uma mudança em processos para conseguir atender as necessidades do presente sem prejudicar as próximas gerações a conseguirem atender suas próprias necessidades (Bruntland & Comum, 1987). Os modelos tradicionais de sustentabilidade normalmente são representados pelos aspectos econômicos, sociais e ambientais (Pelletier, 2012).

Sob influência dos ideais da Teoria da Firma, que ressaltava a maximização das riquezas do acionista como prioridade das organizações (Friedman, 2002), as preocupações e objetivos das empresas quase sempre eram centradas no aspecto econômico. À medida que o debate sobre sustentabilidade evoluiu, a dimensão social e ambiental e as ações tomadas pelas empresas nesses dois âmbitos, ganharam notoriedade. Passa-se a questionar e prospectar a possibilidade de como poderia ser realizada a congruência entre responsabilidade social e a finalidade empresarial, até então, focada em gerar lucro (Silva et al., 2022). Esse fato é nutrido com o desenvolvimento de teorias que trazem outras perspectivas às organizações, como a Teoria dos *Stakeholders*, que postula a ideia de que o principal objetivo das organizações é identificar e atender de forma equilibrada, os interesses de todas as partes interessadas da empresa (Freeman, 1984).

Alguns modelos e conceitos difundidos tanto no campo teórico quanto no campo prático, constituem o território discursivo que associa a relação entre as dimensões econômica, social e ambiental. Exemplos desses modelos e conceitos são o *Triple Bottom Line*, criado por Elkington no livro *“Cannibals With Forks”*, no qual define o termo como a junção dos aspectos econômicos, sociais e ambientais (Purvis, Mao & Robinson, 2019); a concepção de RSC (Responsabilidade Social Corporativa) que apresenta em sua questão central a ideia sobre como as questões sociais afetam o sucesso das organizações por meio das políticas e práticas além do que é exigido pelas leis (McWilliams & Siegel, 2001; Matten & Moon, 2008); e com notoriedade mais recente, o conceito de ESG (*Environmental, Social, Governance*), definido pelo relatório do *European Banking Authority* (EBA) como aspectos ambientais, sociais ou de governança que podem influenciar de maneira positiva ou negativa o resultado financeiro, podendo ser utilizado como um instrumento para avaliar o comportamento e estratégias das organizações relativos ao desenvolvimento sustentável baseada nos três aspectos (Li et al., 2021).

As três dimensões da sustentabilidade – social, ambiental e econômica – conforme argumentam Singh, Murty, Gupta e Dikshit (2009), além de serem complementares, também se relacionam em um sistema complexo, sendo, portanto, um ponto de atenção, visto que muitas vezes são analisadas separadamente. Uma limitação em relação à sustentabilidade é que não



existe um consenso entre as definições dos aspectos envolvidos e como a sustentabilidade pode ser desenvolvida como estratégia (Pelletier, 2012). Nesse sentido, um olhar apurado e o esclarecimento acerca de divergências e conceitos abordados na discussão sobre sustentabilidade, principalmente no que tange aos aspectos sociais e ambientais, contribui no entendimento sobre a eficácia das ações organizacionais nessas dimensões e articulação destas com a estratégia das empresas.

Uma das maneiras de relatar a sustentabilidade tem sido feita por meio de relatórios, com padrões e normas internacionais e que tem ganhado cada vez mais destaque tanto nas organizações quanto na academia (Hahn & Kühnen, 2013). Os relatórios são importantes por apresentarem informações que podem passar despercebidas pelos seus *stakeholders* como o compromisso com a sustentabilidade, trazendo assim mais legitimidade e confiança para a organização (Conte, Sardanelli, Voller & Siano, 2023). Com mudanças e evoluções na maneira de reportar e com o desenvolvimento das normas pelo Global Reporting Initiative (GRI), a partir de 1990 os relatórios juntamente com os reportes financeiros passaram a considerar as dimensões sociais e ambientais (Hahn & Kühnen, 2013).

Nessa perspectiva, é importante destacar que os padrões de relatórios GRI vem conquistando relevância contínua (Mascena, Fischmann & Boaventura., 2018). Tal relevância se apresenta na promoção de transparência, no auxílio à gestão de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, no atendimento às demandas de investidores e no fortalecimento da legitimidade e da reputação das empresas, alinhando-as com normas e regulamentações internacionais (Stocker, Arruda, Mascena & Boaventura., 2020). Segundo Montiel e Delgado-Ceballos (2014), ainda há a necessidade de melhor entender e comparar itens não financeiros que por exemplo fazem parte do aspecto social e ambiental entre diferentes empresas. Considerando esse argumento, esta pesquisa busca detalhar especificamente as dimensões ambiental e social do conceito de sustentabilidade.

Nesse sentido, o presente estudo é guiado pelo seguinte problema de pesquisa: Como as organizações atuam em relação às dimensões sociais e ambientais? Esse problema está alinhado com discussões atuais da literatura (Li et al., 2021; Conte et al., 2023; Góes, Fatima, Santos Jhunior & Boaventura, 2023). A pesquisa reconhece a problemática que reside na forma como as organizações abordam e relatam as dimensões social e ambiental da sustentabilidade como um fator essencial para análise e compreensão. Dessa maneira, detalhar essas dimensões é fundamental, uma vez que as empresas são cada vez mais avaliadas por seu desempenho nesses aspectos, como emissões ambientais e práticas trabalhistas, que podem influenciar significativamente suas operações e reputação. Logo, a análise aprofundada dessas dimensões contribui para uma visão mais holística da sustentabilidade e para o entendimento das estratégias organizacionais nesse contexto.

Busca-se, nesse ínterim, tecer uma análise descritiva e comparativa da dimensão social e ambiental de atuação das organizações entre diferentes setores econômicos, a partir da análise de relatórios GRI, promovendo um panorama das ações mobilizadas pelas empresas nessas duas dimensões e identificar associações que permitam verificar o comportamento estratégico das empresas especificamente no âmbito ambiental e social da sustentabilidade.

Por fim, a realização deste estudo se justifica por explorar nas dimensões observadas, aspectos cruciais para vantagens competitivas das organizações (Góes et al., 2023). Ao analisar



as ações reportadas pelas empresas observadas, a pesquisa oferece insights sobre como as organizações abordam essas dimensões complexas e interdependentes, permitindo o desenvolvimento de estratégias empresariais mais alinhadas com uma visão holística da sustentabilidade. Nesse sentido, algumas contribuições da pesquisa são enxergadas, tais como uma análise das ações ambientais e sociais das empresas desagregadas da dimensão econômica, o uso da pesquisa na prática estratégica das organizações e ainda o incentivo à ampliação de ações que beneficiem a sociedade como um todo.

O artigo está organizado da seguinte forma: as próximas linhas versarão sobre o aporte teórico adotado nessa pesquisa, assim como promoverá a discussão proposta no objetivo da pesquisa. Em seguida, será explicado o método e resultados obtidos a partir da análise comparativa das ações de sustentabilidade reportadas em relatórios GRI, sendo direcionadas ideias para pesquisas futuras a partir desse estudo. Em seguida, são apresentadas as considerações finais e referências utilizadas na pesquisa.

2. Referencial Teórico

2.1 Sustentabilidade e Estratégia Organizacional

As organizações passaram a desenvolver estratégias que envolvem aspectos relacionados à sustentabilidade e a mudanças exigidas pela sociedade, para que consigam garantir sua competitividade no mercado em que estão inseridas. Logo, tais organizações direcionam maior atenção às questões de responsabilidade social e ambiental enquanto buscam um desenvolvimento econômico vantajoso (Stead & Stead, 2013). Mas a questão da sustentabilidade não continua sendo só uma falácia no mundo empresarial?

As discussões e práticas evidenciam cada vez mais a sustentabilidade do ponto de vista estratégico, usada para criação de valor para os *stakeholders* e desenvolvimento de vantagem competitiva perante os concorrentes (Hart & Milstein, 2003; Xue et al., 2022). Essa preocupação é potencializada à medida que o advento da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), adentra nos discursos, objetivos e interesses estratégicos das organizações. Davis (1973), define RSC como a preocupação com as necessidades e objetivos da sociedade, sendo a organização a responsável por avaliar os efeitos de suas decisões no sistema social externo, de uma maneira que obtenha benefícios sociais juntamente com os ganhos econômicos que a empresa almeja.

Uma outra definição é a da *European Commission* (2011) que em seu relatório sobre a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) traz uma atualização: RSC trata da responsabilidade das empresas sobre os impactos na sociedade, onde elas devem em seus processos, operações e estratégias considerar aspectos sociais, ambientais, éticos e os direitos humanos visando a maximização da criação de valor com todos os *stakeholders* (EBA, 2011).

Na RSC as empresas possuem responsabilidades com a sociedade e os *stakeholders* visando o bem-estar social juntamente com o desenvolvimento de lucros, ou seja, são as obrigações tanto internas quanto externas, que ao gerar lucro para os acionistas também se preocupam com os direitos e interesses dos demais *stakeholders* (Xiong & Luo, 2021). A RSC depende por exemplo do tamanho da empresa: empresas menores atuam de maneira intuitiva e



informal, já empresas maiores adotam estratégias no longo prazo com ideias inovadoras visando o bem-estar da sociedade mitigando impactos adversos (EBA, 2011).

Com as crises ambientais, a pandemia e o impacto desses na sociedade, as pessoas estão cada vez mais prestando atenção nas atitudes das organizações e cada vez mais buscando atender seus *stakeholders* de maneira socialmente responsáveis (Xue et al., 2022). Tais ações têm influência direta na construção da reputação das organizações, tendo em vista que os *stakeholders* observam práticas de sustentabilidade para definir a forma como pensam, sentem e agem em relação à empresa (Agarwal & Malhotra, 2019; Bauman & Skitka, 2012).

Esse fato é enxergado, por exemplo, na intensa mobilização de empresas em busca de práticas sustentáveis relacionadas à estratégia organizacional. Aqui é importante esclarecer, tomando a clássica definição de Porter (1996), que estratégia está relacionada à “criação de uma posição única e valiosa, envolvendo um conjunto diferente de atividades”. Uma vez que questões como as pressões relacionadas a recursos e a legitimidade organizacional (Walsh Weber & Margolis, 2003) entram no debate corporativo, as questões de sustentabilidade passam a afetar o processo de criação de valor, e logo devem ser consideradas na estratégia da organização.

Um exemplo de debate recente que agrega sustentabilidade à estratégia é a abordagem ESG. Em termos de origem, ESG é um acrônimo apresentado inicialmente no relatório “*Who Cares Wins*”, publicado pela ONU e a iniciativa Pacto Global em 2004. O relatório contou com a participação de 20 instituições financeiras de alcance internacional, e discutia como corporações e investidores poderiam integrar preocupações ambientais, sociais e de governança em seus modelos de negócio (Gillan, Koch & Starks, 2021). ESG não é um conceito, é uma métrica para avaliar fatores ambientais, sociais e de governança, que tem sido cada mais solicitadas pelos *stakeholders* para verificar desempenho e assim também poder comparar e legitimar as atitudes das organizações, trazendo confiança perante o mercado (Edmans, 2023). Dessa maneira, o desempenho ESG diz respeito ao quanto as empresas cumprem com os requisitos de responsabilidade ambiental e social por meio das atitudes éticas e aceitas na sociedade (Al Amosh & Khatib, 2023). São, portanto, são métricas de criação de valor (Edmans, 2023).

Uma análise de cerca de 2.200 estudos, realizada por Friede, Busch e Bassen (2015), mostrou que 90% destes apresentou uma relação positiva entre o impacto das ações ESG e performance financeira corporativa. Evidências práticas, como essa, complementadas pelo entusiasmo das empresas em reportar suas ações nesse âmbito, demonstra que questões de sustentabilidade já se fazem fortemente presentes na atuação estratégica da organização.

Entretanto, a implementação de uma estratégia emergida nas pautas de sustentabilidade é complexa e exige uma mudança profunda nas estruturas e processos das empresas, além do entendimento de que existem conflitos sociais e ambientais com os financeiros, que devem ser conciliados (Marshall & Brown, 2003). Observando a literatura e reações práticas recentes, como a pesquisa de Friede, Busch e Bassen (2015) e a 28ª conferência do clima da Organização das Nações Unidas – COP 28, que refletiu a preocupação dos países com a crise climática global e a necessidade de redução dos combustíveis fósseis (G1, 2023), entende-se que a sustentabilidade não deve ser realizada de forma acidental ou oportunista, pois tende a se tornar uma ação de curto prazo, diferentemente de sua perspectiva seminal de planejamentos e



impactos para o longo prazo (Dyllick & Muff, 2016). Um dos maiores desafios é conciliar aspectos sociais e ambientais, que normalmente são de longo prazo, às estratégias da empresa que são voltadas aos aspectos econômicos de curto prazo (Hill, 2001).

Outra dificuldade enxergada é que empresas que adotam as práticas sustentáveis possuem dificuldade em mensurar o impacto da sua contribuição para a sustentabilidade no meio em que estão inseridas (Dyllick & Muff, 2016) devido, por exemplo, a fatores como a falta de indicadores de sustentabilidade e objetivos que consigam avaliar as três dimensões. Segundo a literatura, isso ocorre devido a três aspectos principais: (1) falta de um consenso entre as definições, (2) falta de consenso para utilização de ferramentas e indicadores para mensuração, e (3) falta de dados, principalmente em relação a dimensão social e ambiental, o que dificulta medir o impacto das ações realizadas (Dyllick & Muff, 2016; Pelletier, 2012). Nessa perspectiva, entende-se que para avaliar tais impactos é necessária maior transparência nas ações e que sejam desenvolvidas métricas plausíveis de mensuração (Dyllick & Muff, 2016; Hart & Milstein, 2003; Montiel & Delgado-Ceballos, 2014).

As dificuldades acima relatadas, tornam-se um empecilho para uma avaliação efetiva e precisa dos efeitos das ações de sustentabilidade das empresas. Considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais, poucos estudos analisam mais de uma dimensão, ou seja, a maioria dos estudos foca em apenas um dos três aspectos (Singh et al., 2009).

2.2 A Dimensão Social e Ambiental da Sustentabilidade

As empresas podem ter seu desempenho avaliado por meio de ferramentas de sustentabilidade (Singh et al., 2009). Nessa perspectiva, no meio acadêmico a ideia da sustentabilidade pode ser definida além do que consta em dicionários e vincula-se, portanto, ao pensamento de buscar um mundo melhor por meio da manutenção dos sistemas naturais, pautados nos aspectos ambientais e uma condição de vida digna a todos os seres humanos, pautado no aspecto social (Graedel & Klee, 2002). Trata, portanto, das condições necessárias para manter as necessidades humanas e do alcance de um bem-estar comum a todos, prezando pela viabilidade e desenvolvimento econômico de longo prazo por meio da integração entre os aspectos sociais e ambientais com os econômicos (Dyllick & Muff, 2016; Marshall & Brown, 2003).

Esse pensamento repercutiu com o conceito de *Triple Bottom Line*, ou TBL, cunhado pelo consultor John Elkington no início de 1990, que argumentava que as empresas não deveriam se limitar apenas à linha de desenvolvimento econômico (*profit*), mas também ao desenvolvimento social (*people*) e ambiental (*planet*) (Hunt, 2017). Dessa forma, os três aspectos que formam a sustentabilidade se completam, sendo independentes, mas com pontos em comum a partir do equilíbrio existente entre eles (Pelletier, 2012).

O antagonismo da sustentabilidade deve-se ao fato de que as organizações devem equilibrar os três aspectos, e assim, buscar maiores níveis nas dimensões social e ambiental da sustentabilidade, não deixando de lado a busca constante por melhores desempenhos econômicos (Pelletier, 2012). Apesar do crescente número de trabalhos relacionados à sustentabilidade, ainda não existe um consenso sobre as definições e conceitos envolvidos. Alguns utilizam os aspectos econômico, social e ambiental, outros utilizam apenas os aspectos

sociais e ambientais e outros estreitam o conceito de sustentabilidade relacionada à gestão ambiental (Montiel & Delgado-Ceballos, 2014).

Dissociar esses conceitos individualmente pode ajudar a compreender as especificidades dos mesmos e estabelecer associações mais claras sobre como as empresas podem articular tais dimensões à estratégia organizacional. O presente estudo foca nas dimensões social e ambiental. Esse tipo de análise segue um caminho oposto aos estudos de RSC criticados por Barnett, Henriques e Husted (2020), nos quais prevalecem a atenção à performance financeira das empresas. Estudos que agregam a performance econômica, como pesquisas de *CSP (Corporare Social Performance) - CFP (Corporate Financial Performance)*, tendem a verificar se o desempenho social contribui positivamente para a maximização de riquezas das empresas, além de apresentarem fraquezas metodológicas de mensuração (Walsh et al., 2003). Uma análise desagregada da dimensão social e ambiental, nos permite traçar um caminho que considera não apenas os interesses dos acionistas, mas também os interesses de outros *stakeholders* da organização.

A dimensão social da sustentabilidade é definida como a realização de feitos que contribuem na formação de uma sociedade com plenas condições de habitação e de relacionamentos e processos que proporcionem o bem-estar social individual e coletivo a todos (Pelletier, 2012), que diz respeito ao impacto da organização sobre a sociedade de forma direta ou indireta, como por exemplo, ações de caridade, treinamento de funcionários e inclusão social de pessoas desfavorecidas (Schulz & Flanigan, 2016). De acordo com Hunt (2017), essa dimensão pode ser avaliada pelos seguintes indicadores: porcentagem de mulheres ou minorias, número de mortes ou acidentes no trabalho e a porcentagem de dinheiro doado às comunidades.

A dimensão ambiental da sustentabilidade, por sua vez, pode ser definida pelo argumento de que o uso dos recursos renováveis ou não, não pode exceder sua capacidade de produção ou dos seus substitutos respectivamente, ou seja, não pode ser utilizado a mais do que é produzido; e que a produção dos resíduos não pode exceder a capacidade de absorção do meio (Pelletier, 2012). Para Schulz e Flanigan (2016), a dimensão ambiental é voltada para o impacto que a empresa causa no meio-ambiente por meio do desenvolvimento e consumo dos seus produtos, sendo vivo ou não vivo, como por exemplo a utilização de recursos esgotáveis. Entende-se que a dimensão ambiental e seu impacto varia de setor para setor (Schulz & Flanigan, 2016).

Apesar dos constantes argumentos da dificuldade de mensuração das dimensões sociais e ambientais, Nikolaeva e Bicho (2011) argumentam que esses dois aspectos podem ser medidos de forma objetiva, sendo possível então avaliar o desempenho e os resultados. A discussão ascendente sobre temáticas em torno dessas dimensões, aliada a uma consciência global e mobilização de instituições, corroboram para as organizações manifestar uma maior importância em alinhar as atividades organizacionais às preocupações de âmbito social e ambiental.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por exemplo, promulgada pela ONU (Organização das Nações Unidas) a partir da Agenda 2030, oferecem diretrizes de como as organizações podem se envolver em questões como pobreza, mudanças climáticas, proteção do ambiente natural, educação e questões trabalhistas. A iniciativa resultou no envolvimento da comunidade empresarial na busca de soluções para alcançar metas relacionadas aos



objetivos, recorrendo a instituições internacionais, como o GRI para medir a sustentabilidade corporativa (Tsalis, Malamateniou, Koulouriotis & Nikolaou, 2020).

A articulação entre a dimensão social e ambiental da sustentabilidade são refletidas em ações internas da organização, tais como modificar métodos de produção para reduzir o impacto no meio ambiente e promover mudanças nas relações de trabalho para adequar aos valores morais da empresa e da sociedade, assim como ações externas, como realizar investimentos na infraestrutura local ou contribuir no desenvolvimento da comunidade a partir de iniciativas filantrópicas (Aguilera et al., 2007).

Além disso, o mercado apresenta várias instituições de avaliação desses tipos de ações promovidas pela empresa, como forma de credibilizar as organizações perante seus *stakeholders*. O índice de Sustentabilidade Empresarial BM&F-ISE, por exemplo mede o retorno médio de ações de empresas de capital aberto listadas na “Brasil, Bolsa, Balcão” (B3) com as melhores práticas de sustentabilidade, avaliando 7 dimensões, entre elas, questões de cunho social e ambiental (Zero, Jhunior & Boaventura, 2020).

À medida que os *stakeholders* da organização percebem esses tipos de ações, resultados de reciprocidade são visíveis em diferentes formas e níveis. O funcionário pode retribuir com o aumento da produção, os fornecedores podem recompensar com preços favoráveis e prazos de contrato contínuos, clientes podem oferecer lealdade, investidores e credores podem comprar mais ações ou dar mais acesso a financiamentos com baixos juros e governadores podem responder com decisões favoráveis de regulamentação (Burton & Goldsby, 2010; Harrison & Bosse, 2013). Dessa forma, a relação entre as dimensões social e ambiental das organizações, podem impulsionar os resultados da empresa como todo, quando articulados de forma estratégica.

3. Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa tem como objetivo tecer uma análise descritiva da dimensão social e ambiental de atuação das organizações. Para tanto, optou-se por uma abordagem quantitativa, através da análise de conteúdo e pela técnica de escalonamento. A decisão por uma análise de conteúdo descritiva, a partir da contagem de palavras, tem por fundamento que entender que tal procedimento permitiria o fornecimento de subsídios que ilustrasse a ações adotadas pela empresa, de forma generalizada, no âmbito ambiental e social da sustentabilidade. Posteriormente, utilizou-se o método de escalonamento no intuito de traçar evidências e interpretações adicionais acerca da estratégia abordada pelas empresas especificamente nas dimensões estudadas. A seguir, serão oferecidos maiores detalhes dos procedimentos de coleta e análise adotados nesta pesquisa.

3.1 Fonte de Dados

No intuito de obter uma evidência prática da relação entre as dimensões social e ambiental de sustentabilidade, este estudo utilizou como fonte de dados, as ações de sustentabilidade reportadas pelas empresas em relatórios seguindo padrões da *Global Reporting Initiative (GRI)*. A função dos relatórios é identificar os indicadores de desempenho sustentável, avaliá-los e medi-los (Nikolaeva & Bicho, 2011).



A GRI é uma organização internacional que se insere nesse contexto e vem incentivando progressivamente empresas em todo o mundo a considerarem a importância dos relatórios de sustentabilidade. Dessa forma, a GRI desenvolveu um modelo de relatório que inclui conceitos de sustentabilidade que vem sendo amplamente utilizado por empresas de tamanhos e alcances variados (Nikolaeva & Bicho, 2011). A GRI é uma organização sem fins lucrativos que possui padrões pré-definidos para elaboração dos relatórios de sustentabilidade (Montiel & Delgado-Ceballos, 2014), e foi criada buscando incentivo ao atendimento das necessidades dos diferentes *stakeholders* considerando as dimensões sociais e ambientais das empresas (Nikolaeva & Bicho, 2011).

O modelo de relatório conhecido como GRI G4 (2013), tem o objetivo de padronizar e guiar as organizações para que relatem informações, baseadas no *Tribble Bottom Line*, sobre o desempenho econômico, social e ambiental. De acordo com Robins (2006), a GRI tem o objetivo de trazer maior precisão aos relatórios sobre as atividades desenvolvidas de maneira que sejam úteis aos *stakeholders*. É um dos padrões de relatório mais utilizados mundialmente, por englobarem indicadores e formas de mensuração em comum nos relatórios de diferentes empresas (Robins, 2006).

Para a GRI, a ideia da sustentabilidade pode ser dividida em três aspectos: econômico (desempenho econômico, presença no mercado, impactos econômicos indiretos), meio ambiente (materiais; energia; água; biodiversidade; emissões, efluentes e resíduos; produtos e serviços; conformidade; transporte e geral) e social (práticas trabalhistas e trabalho decente, direitos humanos, sociedade, responsabilidade pelo produto) (Montiel & Delgado-Ceballos, 2014).

Assim, as diretrizes da GRI funcionam como um guia, de acordo com os padrões globais, para as empresas desenvolverem seus relatórios de sustentabilidade de maneira mais eficaz, pautados nos três aspectos de sustentabilidade (Hill, 2001). Tais diretrizes podem, portanto, ser utilizadas para avaliar o desempenho das empresas (Nikolaeva & Bicho, 2011). A adoção aos padrões da GRI acarreta em diversos benefícios, sendo o principal deles a institucionalização de estratégias nas estruturas das empresas, em que a empresa adquire vantagem diante dos *stakeholders* (Nikolaeva & Bicho, 2011).

Os dados da pesquisa foram coletados em junho de 2019, a partir dos dados obtidos em relatórios de sustentabilidade. Para iniciar a coleta, foram realizados dois filtros: Ano e País, sendo estes o ano de 2017 e, como país, Brasil. O período de 2016 a 2018 foi o ano de transição entre as diretrizes do GRI, passando do GRI G4 para o GRI Standards. Dessa maneira o ano 2017 foi o escolhido por dois motivos: primeiro por conter a maioria dos relatórios que ainda seguiam as normas G4. Segundo, pois como o relatório do ano de 2018 foi divulgado em 2019, muitas empresas ainda não tinham feito tal divulgação, sendo assim coletando os relatórios que foram divulgados em 2018 tivemos uma totalidade das empresas.

Tal filtro resultou em 198 relatórios de sustentabilidade. A próxima etapa foi fazer o download de todos os arquivos para que pudessem ser analisados, entretanto alguns relatórios não estavam disponíveis para serem baixados o arquivo, o que resultou em uma amostra final de 149 relatórios de empresas.

Após a coleta e organização dos relatórios, procedeu-se a etapa da análise de conteúdo por meio da contagem de palavras. Essas etapas são explicadas no item a seguir.

3.2 Procedimentos de Análise

Foi realizada uma pesquisa descritiva através da análise de conteúdo. A análise de conteúdo é definida por Bardin (1977), como uma técnica de análise das comunicações, obtidos através de procedimentos sistemáticos, que possibilitem a inferência de conhecimentos relativos aos achados presentes em tais comunicações. Inicialmente foi feita a leitura de 5 documentos para identificar os padrões e regras que são seguidas pelas empresas ao elaborar o relatório. Por meio dessa análise foi possível identificar que ao iniciar uma sessão, as empresas obrigatoriamente indicam por meio de um código a correspondência para o GRI. A partir dessa identificação do código foi possível identificar se a empresa realizava ou não determinada ação e realizar a análise de conteúdo que será descrita a seguir. Tal validação foi posteriormente confirmada por 3 especialistas da área.

Baseado no estudo de Bonilla-Priego, Font e Del Rosario Pacheco-Olivares (2014), que criaram uma classificação para os *reports* das ações que são feitas no relatório com padrões GRI, foi realizada uma análise de conteúdo no software NVIVO12, por meio da contagem de palavras para analisar se a empresa realizou determinada ação ou não e quantas vezes foi mencionada no relatório. Em seu estudo Bonilla-Priego et al. (2014) argumentam que os relatórios são instrumentos válidos para compreender como as empresas reconhecem determinadas responsabilidades em relação a determinadas pressões dos *stakeholders*. Além disso, os autores também afirmam que esse tipo de adaptação para o entendimento da prática industrial é um fator necessário. Tais posicionamentos encontram-se alinhados com a base argumentativa da presente pesquisa.

O método da contagem de palavras nos relatórios se revela uma estratégia viável (Stocker et al., 2020) devido ao fato de que, de acordo com as diretrizes indicadas pela GRI (2013), as empresas devem indicar a qual item de sustentabilidade determinada parte do texto se refere de acordo com as siglas (utilizadas para identificação e contagem). As categorias, indicadores e itens são apresentados nos quadros 1 e 2 estabelecidos pelas regras e diretrizes do GRI (2013).

Quadro 1. Indicadores e Itens Ambientais *reportados* no GRI

Ambiental	
Materiais	G4-EN1 G4-EN2
Energia	G4-EN3 G4-EN4 G4-EN5 G4-EN6 G4-EN7
Água	G4-EN8 G4-EN9 G4-EN10
Biodiversidade	G4-EN11 G4-EN12 G4-EN13 G4-EN14
Emissões	G4-EN15 G4-EN16 G4-EN17 G4-EN18 G4-EN19 G4-EN20 G4-EN21
Efluentes e Resíduos	G4-EN22 G4-EN23 G4-EN24 G4-EN25 G4-EN26
Produtos e Serviços	G4-EN27 G4-EN28
Conformidade	G4-EN29
Transportes	G4-EN30
Geral	G4-EN31
Avaliação Ambiental de Fornecedores	G4-EN32 G4-EN33
Mecanismos de Queixas de Impactos Ambientais	G4-EN34

Fonte: GRI, G4 (2013).



Quadro 2. Indicadores e Itens Sociais *reportados* no GRI

Social		
Práticas trabalhistas e trabalho decente	Emprego	G4-LA1 G4-LA2 G4-LA3
	Relações Trabalhistas	G4-LA4
	Saúde e Segurança no Trabalho OCDE	G4-LA5 G4-LA6 G4-LA7 G4-LA8
	Treinamento e Educação OCDE	G4-LA9 G4-LA10 G4-LA11
	Diversidade e Igualdade de Oportunidades	G4-LA12
	Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens	G4-LA13
	Avaliação de Fornecedores em práticas Trabalhistas	G4-LA14 G4-LA15
	Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a práticas Trabalhistas OCDE	G4-LA16
Direitos humanos	Investimentos	G4-HR1 G4-HR2
	Não discriminação OCDE/UNGC	G4-HR3
	Liberdade de Associação e Negociação Coletiva OCDE/UNGC	G4-HR4
	Trabalho Infantil OCDE/UNGC	G4-HR5
	Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo OCDE/UNGC	G4-HR6
	Práticas de Segurança	G4-HR7
	Direitos Indígenas	G4-HR8
	Avaliação	G4-HR9
	Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos	G4-HR10 G4-HR11
	Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos	G4-HR12
Sociedade	Comunidades Locais OCDE/UNGC	G4-SO1 G4-SO2
	Combate à Corrupção OCDE/UNGC	G4-SO3 G4-SO4 G4-SO5
	Políticas Públicas OCDE/UNGC	G4-SO6
	Concorrência Desleal OCDE	G4-SO7
	Conformidade OCDE	G4-SO8
	Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade OCDE	G4-SO9 G4-SO10
	Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade OCDE	G4-SO11
Responsabilidade pelo produto	Saúde e Segurança do Cliente OCDE	G4-PR1 G4-PR2
	Rotulagem de Produtos e Serviços	G4-PR3 G4-PR4 G4-PR5
	Comunicações de Marketing	G4-PR6 G4-PR7
	Privacidade do cliente	G4-PR8
	Conformidade	G4-PR9

Fonte: GRI, G4 (2013).

A partir disso, a próxima etapa foi a realização do somatório da quantidade de palavras contadas pela análise de conteúdo, seguida pela realização da média aritmética por empresa e por setor, resultando então na base de dados para que a análise pudesse ser realizada. Posteriormente, foi realizada no software SPSS, uma análise de escalonamento a partir de duas etapas. A primeira etapa foi a realização da matriz de correlação por meio da distância euclidiana entre as duas dimensões: ambiental e social. Na segunda etapa foi realizado

adicionalmente o escalonamento multidimensional para cada matriz criada, para que fosse possível entender a relação entre as dimensões estudadas.

Devido a discrepância entre as formas de mensuração das dimensões, que normalmente não pode ser feito de forma financeira, Schulz e Flanigan (2016) argumentam que pode ser realizada uma avaliação geral de cada dimensão em que devem ser desenvolvidos itens para representá-los e logo após devem ser normalizados para serem tratados na mesma grade e poderem ser comparados.

De acordo com Hair et al. (2009) o escalonamento multidimensional é o mapeamento de duas dimensões em que é possível analisar e comparar similaridades e diferenças, representados em um espaço multidimensional, facilitando a visualização. O escalonamento é o método mais pertinente pois é possível analisar individualmente (indivíduo, empresa ou setor) e compará-los como se comportam em relação às duas dimensões (Hair et al., 2009). O escalonamento multidimensional, nesse sentido, buscou traçar um comparativo entre diferentes grupos: ações ambientais e sociais. O escalonamento multidimensional permite que seja representado graficamente a relação entre diferentes variáveis (Fávero et al., 2009)

No item a seguir são detalhados os resultados obtidos, assim como a discussão baseada no aporte teórico da pesquisa.

4. Resultados e Discussão

Das 149 empresas analisadas, 123 (83%) são consideradas grandes, 15 (10%) consideradas de porte médio e 11 (7%) de pequeno porte. Além disso, tais empresas são de 31 diferentes setores, sendo que o setor de energia engloba 20 empresas e serviços de saúde, financeiro e outros englobam 13 empresas cada um. As classificações do setor e do tamanho das empresas foram fornecidas pelo próprio GRI.

As tabelas 1 e 2 indicam o ranking com as 10 empresas que apresentaram o maior número de ações, por indicador social e ambiental. Na dimensão ambiental, foi considerada o somatório de todos os itens apresentados no Quadro 1, enquanto na dimensão social, é apresentada a contabilização por subcategoria.

No que tange às ações ambientais, nota-se que o ranking das empresas com maior número de ações ambientais reportados é ocupado em sua maioria por empresas do setor de energia. Tal fato pode refletir a relação direta do setor com as questões ambientais, além de uma maior pressão por parte da sociedade e dos órgãos governamentais para divulgação das ações e estratégias em relação ao ambiente. Das empresas que compõem a base, 23 não apresentaram registro de ação ambiental reportada. Entre as ações ambientais mais reportadas, estão as ações de emissões (771 registros), uso de energia (557 registros) e efluentes e resíduos (496 registros). Esses resultados indicam mais uma vez que as ações ambientais reportadas estão muito relacionadas à necessidade de a empresa divulgar as informações para atender a questões de regulamentação ou exigência de órgãos regulares.



Tabela 1. Empresas com Maior Contabilização de Ações Ambientais

Posição	Empresa	Tamanho	Setor	Contagem
1º	Banco do Brasil	Grande	Serviços Financeiros	85
2º	Enel	Grande	Energia	81
3º	Embraer	Média	Aviação	75
4º	Celesc	Grande	Energia	74
5º	CESP	Grande	Concessionárias de energia	73
6º	ENGIE Brasil Energia	Grande	Energia	69
7º	Vale	Grande	Mineração	69
8º	Unimed Sorocaba	Grande	Serviços de Saúde	68
9º	Eletrosul	Grande	Energia	65
10º	Odebrecht_Agroindustrial	Média	Construção	64

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Conforme mencionado, as tabelas anterior e posterior revelam as 10 organizações com maior número de ações considerando ambas as dimensões. Nessa perspectiva, é possível observar, na Tabela 1, as empresas de destaque quanto às ações ambientais e, na Tabela 2, as empresas de destaque quanto às ações sociais. Tal levantamento revela organizações que podem servir de exemplo em seus respectivos setores.

Tabela 2. Empresas com Maior Contabilização de Ações Sociais

Posição	Empresa	Tamanho	Setor	Práticas trabalhistas	Direitos Humanos	Sociedade	Rotulagem	Contagem total
1º	Banco do Brasil	Grande	Serviços Financeiros	59	42	31	44	176
2º	Celesc	Grande	Energia	48	29	45	28	150
3º	Banpara	Média	Serviços Financeiros	48	24	28	24	124
4º	Ernst Young	Média	Serviços Comerciais	82	16	20	5	123
5º	Embraer	Média	Aviação	59	25	22	4	110
6º	Enel	Grande	Energia	48	18	26	11	103
7º	Vale	Grande	Mineração	43	24	20	8	95
8º	MAPFRE	Grande	Serviços Financeiros	29	21	23	18	91
9º	CESP	Grande	Conc. de energia	39	22	19	9	89
10º	Eletrosul	Grande	Energia	36	23	18	12	89

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).



Sobre as ações sociais, percebe-se através do ranking das empresas que mais reportam, que há uma maior diversidade de setores de empresa do que o ranking das ações ambientais, reforçando que há a possibilidade de a exigência de divulgação das ações estar associada a pressões relacionadas ao setor. As ações mais reportadas pelas empresas, são as de Práticas trabalhistas e trabalho decente (2.403 registros), que incluem atividades relacionadas a emprego, relações trabalhistas, saúde e segurança no Trabalho, treinamento, diversidade e igualdade de remuneração; e ações da categoria Sociedade (1.307 registros), que incluem atividades com as comunidades locais, combate à corrupção, políticas públicas, concorrência e avaliação de fornecedores.

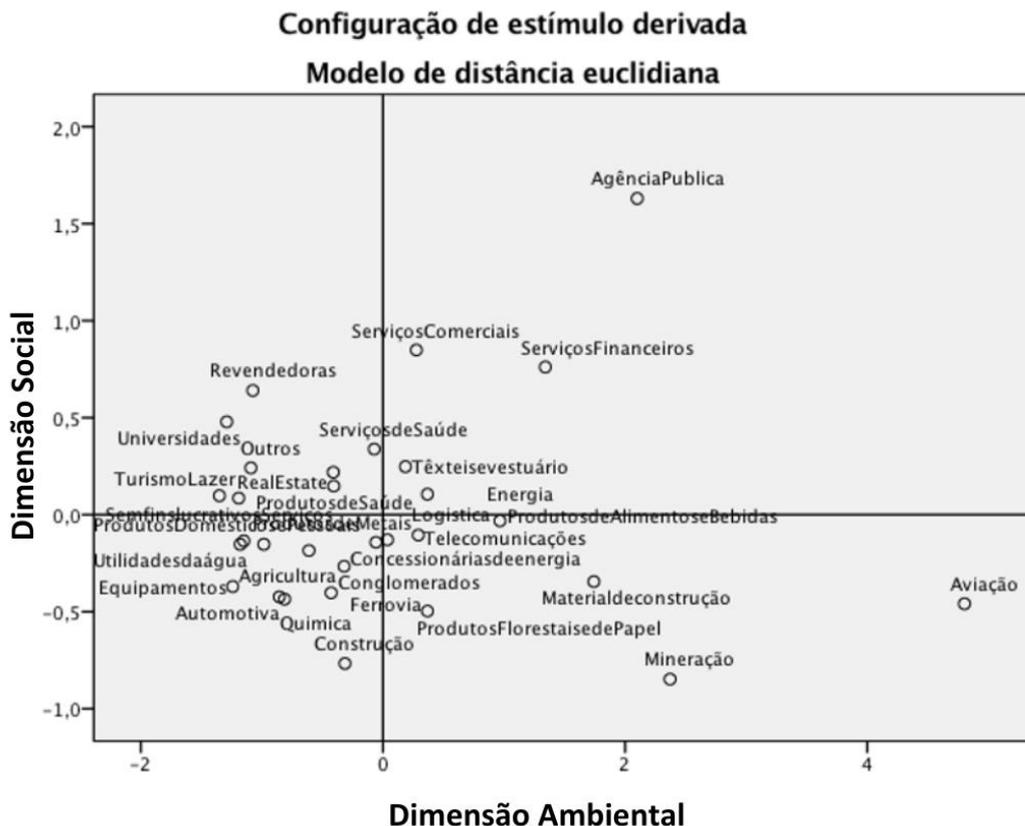
Uma comparação entre as ações ambientais e sociais apenas pela quantificação das contagens não pode ser aplicada, tendo em vista que o número de itens de avaliação feita pelo GRI, é bem maior para as ações sociais do que as ambientais. A princípio, pode-se considerar que, no geral, as empresas comunicam as ações que englobam a dimensão social. Essas ações, nessa perspectiva, podem agir de forma mais significativa na construção da imagem de responsabilidade social da empresa, além de serem mais efetivas para a reputação da empresa perante a *stakeholders* importantes, como funcionários, acionistas e clientes.

Pesquisas futuras que abordem uma análise comparativa mais detalhada a esse ponto, contribuiria no entendimento dos aspectos que regem a priorização das empresas entre as atividades sociais em detrimento às ações ambientais. Isso corroboraria com os questionamentos de Montiel e Delgado-Ceballos (2014) a respeito da igualdade de importância das dimensões e se os itens que compõem cada dimensão possuem o mesmo peso. Nessa perspectiva, Pelletier et al. (2012) argumentam que ainda faltam estudos específicos sobre a sustentabilidade, ou seja, em menores escalas, pois a maioria são realizados em escala global.

A respeito desse ponto, a análise de escalonamento permite uma possível comparação do comportamento de divulgação das ações pelas empresas, por setor e por dimensão da ação. Nesse sentido, a próxima análise realizada foi o comparativo das dimensões ambiental (1) e social (2), apresentado na figura 1. Percebe-se, no geral, que existe um equilíbrio entre as ações ambientais e sociais reportadas, exceto para o caso do setor de aviação, mineração, construção civil e de agências públicas, que se distanciam consideravelmente dos outros setores.



Figura 1. Escalonamento Multidimensional – Comparativo entre as dimensões



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A partir desse panorama, juntamente com o aporte teórico utilizado nessa pesquisa, a relação entre as dimensões social e ambiental nos conduz a sugerir algumas conclusões acerca do comportamento das organizações na divulgação das ações nessas duas dimensões.

No geral, considerando as características da amostra, não se pode ter uma associação clara do tamanho da empresa com a quantidade ou tipo de ação reportada. Em grande parte, a amostra é constituída por empresas de grande porte, tendo em vista que das 149 empresas analisadas, 123 (83%) são consideradas grandes empresas. Considerando que as práticas relativas à sustentabilidade mais relevantes podem mudar de acordo com o tamanho, setor e ramo de atividade organizacional (Schulz & Flanigan, 2016), uma análise mais detalhada desse ponto, pode ajudar a compreender se há uma grande diferença no impacto proporcional gerado por estas ações, de acordo com o porte da empresa.

Na prática, observa-se que as empresas adotam estratégias de sustentabilidade devido a competitividade do setor, as percepções e necessidades dos *stakeholders* e pelas normas e leis regulamentadoras, sendo que, posteriormente, esse fato se constitui numa oportunidade para alcançar a vantagem competitiva (Schulz & Flanigan, 2016). Empresas de maior porte podem



estruturar suas ações sociais e ambientais de forma mais planejada e os reportes dessas ações podem estar mais bem integrados à estratégia da organização como um todo.

No entanto, empresas de menor porte, podem na mesma medida apresentar um impacto proporcional e relevante, tendo em vista a efetividade de suas ações quando estão mais próximas das realidades que atuam ou quando a pauta da sustentabilidade faz parte da cultura da empresa (Schulz & Flanigan, 2016). Pesquisas futuras podem avaliar de forma precisa tais diferenças.

A análise dos relatórios, a partir do método de escalonamento, apontou também que há uma discrepância entre as ações ambientais e sociais dos setores de aviação, mineração, construção civil e de agências públicas, quando comparados aos demais setores. De forma abrangente, o setor de aviação realiza mais ações ambientais do que sociais, isso se dá pela especificidade do setor, pois de acordo com o Ecycle (2012), como as aeronaves utilizam querosene como combustível e sua queima resulta em poluentes como monóxido e dióxido de carbono e óxidos de nitrogênio, o setor busca desenvolver ações para aumentar a eficiência e diminuir a redução de poluentes. De acordo com a ATAG (2020), o setor de aviação é responsável por 12% das emissões totais de CO₂ no setor de transporte e 2% da emissão total de CO₂ no mundo.

Outro setor de destaque em realizar mais ações ambientais do que sociais é o setor de mineração. No Brasil isso ocorre, pois, para prevenir os impactos, os órgãos federais realizam uma série de exigências, como o Licenciamento Ambiental para a atividade (da Silva & Andrade, 2017). Isso porque os impactos causados pelo setor são grandes, pois utiliza recursos não renováveis e por alterar o equilíbrio ecológico da área escolhida para a atividade, potencialmente afetando a fauna, a flora e a comunidade local (da Silva & Andrade, 2017; Mechi & Sanches, 2010). Apesar do grande impacto ambiental e das ações que já são desenvolvidas, após grandes desastres ambientais, como Mariana no ano de 2017 e Brumadinho em 2019, as empresas de mineração devem começar a se importar com o impacto social que causam.

O último grande setor nessa condição de investir mais em ações ambientais do que sociais é o setor de construção civil. Obras desse setor podem causar grandes impactos ambientais, alterando ou extinguindo áreas completas, por meio de inundações, desmatamento, impermeabilização do solo e geração de resíduos e ruídos (Barbisan et al., 2012). A construção civil é responsável por 30 a 40% das emissões de CO₂ e é a indústria que mais gera resíduos no mundo. Esse setor, assim como o de mineração, também causa profundas mudanças sociais e esse ponto também deve começar a ser levado em consideração pelas empresas (Barbisan et al., 2012).

Por fim, é visto que as agências públicas tendem a reportar mais ações sociais do que ambientais. Isso se dá devido às leis e projetos com objetivos de transparência com a sociedade e que visam a igualdade. Como por exemplo, o Projeto de Lei nº 1.539/2015, – tem o objetivo de obrigar a Análise de Impacto Regulatório (AIR) por parte das Agências Reguladoras federais (Blanchet & Ton Bubniak, 2017) preocupando-se, dessa forma, sobre as regras de gestão dos órgãos e padronização dos aspectos administrativos, prazos, atendimentos.

A partir dessas observações, pesquisas futuras podem aprofundar a investigação e detalhar como as ações sociais e ambientais são viabilizadas nesses setores em específico,



caracterizando a relação das ações com as diferentes legislações, pontes estratégicas e peculiaridades que orientam abordagens específicas para cada um destes setores.

5. Considerações finais

O presente estudo trata de uma investigação sobre sustentabilidade, centrada nas dimensões social e ambiental. O objetivo do estudo foi discutir estas dimensões e sua relação com a estratégia organizacional, assim como prover, a partir da análise de relatórios GRI, aspectos que ajudem a avançar no entendimento de imprecisões identificadas na relação com estas duas dimensões.

Foi observado que as organizações evidenciam cada vez mais a integração da sustentabilidade com a estratégia organizacional, manifestadas nas ações e *reports*, assim como na aplicação de conceitos de sustentabilidade na prática empresarial, como a abordagem ESG. No entanto, algumas dificuldades ainda se fazem presentes, como a escassez de medidas precisa para mensuração dos impactos das ações sociais e ambientais e a integração das dimensões de sustentabilidade na cultura da organização.

O estudo analisou a correspondência entre as ações sociais e ambientais de sustentabilidade, a partir do escalonamento multidimensional, que permitiu traçar um comparativo entre ações ambientais e sociais, considerando a denominação de setor das empresas. Os resultados mostraram que há um equilíbrio entre as ações reportadas para a análise realizada na maioria dos setores e que apenas os setores de aviação, mineração, construção civil e agência pública não realizam as ações na mesma proporção. Observou-se que isso ocorre devido às especificidades dos setores.

A partir dos achados, tanto na literatura quanto na análise dos relatórios de GRI, foram sugeridos alguns direcionamentos de pesquisas, no intuito de apontar observações que estudos futuros poderão considerar. Pesquisas futuras, conforme mencionado, poderão analisar de forma comparativa se há diferenças em termos de importância estratégica entre a dimensão social e ambiental. Os estudos também poderão analisar se o impacto proporcional das ações nas dimensões social e ambiental possuem diferenças entre empresas de grande porte e menor porte. Por fim, um outro recorte, derivado dessa pesquisa e que poderá ser aprofundado em outros estudos, é o entendimento de como a dimensão social e ambiental é viabilizada nos setores de aviação, mineração, construção civil e de agências públicas, tendo em vista que esses setores apresentaram comportamentos de ações divergentes dos demais setores analisados.

Toda a discussão desenvolvida até aqui, revela algumas contribuições da pesquisa. No que tange à contribuição teórica, esse estudo permitiu uma análise das ações ambientais e sociais das empresas divulgadas em relatórios, de forma desagregada da dimensão econômica, expandindo o movimento teórico de esclarecer a efetividade das ações de sustentabilidade viabilizadas pelas organizações. Essa perspectiva fornece um olhar mais claro das ações de âmbito social e ambiental, divergindo dos estudos de sustentabilidade que são criticados por focalizar nas ações sociais e ambientais como medidas para potencializar a riqueza econômica das empresas. Em relação à contribuição prática, os gestores poderão aprofundar a análise desenvolvida nessa pesquisa e utilizá-las para comparar as ações desenvolvidas com empresas do mesmo setor, de forma a alinhar as práticas ou mesmo expandir as ações, de forma a se diferenciarem por excelência nas dimensões aqui discutidas. Enquanto contribuição social, a

pesquisa fornece um panorama que ressalta a importância das dimensões social e ambiental a partir de um ângulo estratégico e crítico, seguindo as tendências de discussão de Responsabilidade Social Corporativa, o que convida de certa forma às organizações concentrar maiores esforços em melhorias e ampliação de ações que sejam benéficas ao meio ambiente e sociedade como um todo.

Por fim, este trabalho apresenta como principais limitações, não ter analisado todos os relatórios disponibilizados pelas empresas por não estarem em formato PDF. Além disso, foi realizada a análise apenas um ano, 2017, o último completamente disponível para pesquisa e filtragem na realização da coleta de dados. Investigações futuras podem considerar um número mais expressivo de relatórios para análise, além de realizar uma análise longitudinal para comparar as diferenças e avanços das empresas em suas ações ao longo do tempo.

Referências

- Al Amosh, H., & Khatib, S. F. (2023). ESG performance in the time of COVID-19 pandemic: Cross-country evidence. *Environmental Science and Pollution Research*, 30(14), 39978-39993.
- Agarwal, J., & Malhotra, N. K. (2019). Reflections on the State-of-the-Art in ‘Ethics & Morality in Customer-Brand Relationships’: *Directions for Future Research. Journal of Business Research*, 95, 392–400.
- Aguilera, R. V., Rupp, D. E., Williams, C. A., & Ganapathi, J. (2007). Putting the S back in corporate social responsibility: A multilevel theory of social change in organizations. *Academy of management review*, 32(3), 836-863.
- ATAG. (2020). *Air Transport Action Group*. <https://www.atag.org/Component/Factfigures/?Itemid=>.
- Barbisan, A. O., Spadotto, A., Dalla Nora, D., Lopes Turella, E. C., & de Wergenes, T. N. (2012). Impactos ambientais causados pela construção civil. *Unoesc & Ciência - ACSA*, 2(2), 173–180.
- Bardin, L. (1977). *Content Analysis*. Editions Lisbon, Lisbon.
- Barnett, M. L., Henriques, I., & Husted, B. W. (2020). Beyond good intentions: Designing CSR initiatives for greater social impact. *Journal of Management*, 46(6), 937-964.
- Bardin, L. (1977). *Content Analysis*. Editions Lisbon, Lisbon.
- Bauman, C. W., & Skitka, L. J. (2012). Corporate social responsibility as a source of employee satisfaction. *Research in Organizational Behavior*, 32, 63–86.
- Blanchet, L. A., & Ton Bubniak, P. L. (2017). Análise de Impacto Regulatório: uma ferramenta e um procedimento para a melhoria da regulação. *Pensar - Revista de Ciências Jurídicas*, 22(3).
- Bonilla-Priego, M. J., Font, X., & Pacheco-Olivares, M. R. (2014). Corporate sustainability reporting index and baseline data for the cruise industry. *Tourism Management*, 44, 149–160.



- Brundtland, G. H., & Comum, N. F. (1987). *Relatório Brundtland*. Our Common Future: United Nations.
- Burton, B. K., & Goldsby, M. G. (2010). The Moral Floor: A Philosophical Examination of the Connection Between Ethics and Business. *Journal of Business Ethics*, 91(1), 145–154.
- Conte, F., Sardanelli, D., Vollero, A., & Siano, A. (2023). CSR signaling in controversial and noncontroversial industries: CSR policies, governance structures, and transparency tools. *European Management Journal*, 41(2), 274-281.
- Da Silva, M. L., & Andrade, M. C. K. (2017). Os impactos ambientais da atividade mineradora. *Meio Ambiente e Sustentabilidade*, 11(6).
- Davis, K. (1973). The Case for and Against Business Assumption of Social Responsibilities. *Academy of Management Journal*, 16(2), 312–322.
- Dyllick, T., & Muff, K. (2016). Clarifying the Meaning of Sustainable Business. *Organization & Environment*, 29(2), 156–174.
- EBA. *EBA Report on Management and Supervision of ESG Risks for Credit Institutions and Investment Firms*. Available online: https://www.eba.europa.eu/sites/default/documents/fifiles/document_library/Publications/Reports/2021/1015656/EBA%20Report%20on%20ESG%20risks%20management%20and%20supervision.pdf (accessed on 29 September 2023).
- ECycle, 2012. (2020). *Quais os impactos ambientais das viagens de avião?* <https://www.ecycle.com.br/1315-impactos-ambientais-viagem-de-aviao>
- Edmans, A. (2023). The end of ESG. *Financial Management*, 52(1), 3-17.
- Edmans, A. (2023). The end of ESG. *Financial Management*, 52(1), 3-17.
- Fávero, L. P. L., Belfiore, P. P., Silva, F. L. D., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic Approach - A Stakeholder Approach*. 152.
- Friede, G., Busch, T., & Bassen, A. (2015). ESG and financial performance: aggregated evidence from more than 2000 empirical studies. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, 5(4), 210–233.
- Friedman, M. (2002). *Capitalism and Freedom*. University of Chicago Press.
- G1. (2023). COP 28: veja por que acordo histórico tem lado positivo, mas saldo ainda é negativo na luta contra crise do clima. <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/12/13/cop-28-entenda-os-principais-pontos-do-acordo-final.ghtml>
- Gillan, S. L., Koch, A., & Starks, L. T. (2021). Firms and social responsibility: A review of ESG and CSR research in corporate finance. *Journal of Corporate Finance*, 66, 101889. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2021.101889>

Global Reporting Initiative – GRI. G4. (2013). *Diretrizes para relatos de sustentabilidade*. Princípios para relato e conteúdos padrão.

Góes, H. A. D. A., Fatima, G., Santos Jhunior, R. D. O., & Boaventura, J. M. G. (2023). *Managing for stakeholders towards corporate environmental sustainability*. Corporate Social Responsibility and Environmental Management.

Graedel, T. E., & Klee, R. J. (2002). Getting Serious about Sustainability. *Environmental Science & Technology*, 36(4), 523–529.

Hahn, R., & Kühnen, M. (2013). Determinants of sustainability reporting: A review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. *Journal of cleaner production*, 59, 5-21

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Bookman editora.

Harrison, J. S., & Bosse, D. A. (2013). How much is too much? The limits to generous treatment of stakeholders. *Business Horizons*, 56(3), 313–322.

Hart, S. L., & Milstein, M. B. (2003). Creating sustainable value. *Academy of Management Perspectives*, 17(2), 56–67.

Hill, J. (2001). Thinking about a more sustainable business — an Indicators approach. *Corporate Environmental Strategy*, 8(1), 30–38.

Hunt, S. D. (2017). Strategic marketing, sustainability, the triple bottom line, and resource-advantage (R-A) theory: Securing the foundations of strategic marketing theory and research. *AMS Review*, 7(1–2), 52–66.

Li, T. T., Wang, K., Sueyoshi, T., & Wang, D. D. (2021). ESG: Research progress and future prospects. *Sustainability*, 13(21), 11663.

Marshall, R. S., & Brown, D. (2003). The Strategy of Sustainability: A Systems Perspective on Environmental Initiatives. *California Management Review*, 46(1), 101–126. <https://doi.org/10.2307/41166234>

Matten, D., & Moon, J. (2008). “Implicit” and “explicit” CSR: A conceptual framework for a comparative understanding of corporate social responsibility. *Academy of management Review*, 33(2), 404-424.

Mascena, K. M. C. D., Fischmann, A. A., & Boaventura, J. M. G. (2018). Stakeholder prioritization in brazilian companies disclosing GRI reports. *BBR. Brazilian Business Review*, 15, 17-32.

Matten, D., & Moon, J. (2008). “Implicit” and “explicit” CSR: A conceptual framework for a comparative understanding of corporate social responsibility. *Academy of management Review*, 33(2), 404-424.



- McWilliams, A., & Siegel, D. (2001). Corporate social responsibility: A theory of the firm perspective. *Academy of management review*, 26(1), 117-127.
- Mechi, A., & Sanches, D. L. (2010). Impactos ambientais da mineração no Estado de São Paulo. *Estudos Avançados*, 24(68), 209–220.
- Montiel, I., & Delgado-Ceballos, J. (2014). Defining and Measuring Corporate Sustainability. *Organization & Environment*, 27(2), 113–139.
- Nikolaeva, R., & Bicho, M. (2011). The role of institutional and reputational factors in the voluntary adoption of corporate social responsibility reporting standards. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 39(1).
- Nogueira Silva, F., Alberto Teófilo, C., & Pereira Tavares Júnior, E. (2019). Responsabilidade Social e Desempenho: um Comparativo entre Empresas Listadas na Bolsa com Participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). *Revista de Administração da UEG*, 10(2).
- Pelletier, N. et al. (2012). *Towards a life-cycle based european sustainability footprint framework. Theory, Concepts, Applications. Joint Research Centre Institute for Environment and Sustainability*. Porter, M. E. (1996). What is strategy? *Harvard Business Review*
- Porter, M. E. (1996). O que é estratégia? *Harvard Business Review*, 74(6), 61-78.
- Purvis, B., Mao, Y., & Robinson, D. (2019). Three pillars of sustainability: in search of conceptual origins. *Sustainability science*, 14, 681-695.
- Robins, F. (2006). The Challenge of TBL: A Responsibility to Whom? *Business and Society Review*, 111(1), 1–14. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8594.2006.00258.x>
- Schulz, S. A., & Flanigan, R. L. (2016). Developing competitive advantage using the triple bottom line: a conceptual framework. *Journal of Business & Industrial Marketing*, 31(4), 449–458. <https://doi.org/10.1108/JBIM-08-2014-0150>
- Silva, F. C., Souza, A., & Assis, L. B. (2022). Ética e Sustentabilidade Empresarial: Uma análise a partir da percepção de gestores sobre o modelo de produção Upcycling. *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, 8(3), 27–47. <https://doi.org/10.20401/rasi.8.3.603>
- Singh, R. K., Murty, H. R., Gupta, S. K., & Dikshit, A. K. (2009). An overview of sustainability assessment methodologies. *Ecological Indicators*, 9(2), 189–212.
- Stead, J. G., & Stead, W. E. (2013). The Coevolution of Sustainable Strategic Management in the Global Marketplace. *Organization & Environment*, 26(2), 162–183.
- Stocker, F., de Arruda, M. P., de Mascena, K. M., & Boaventura, J. M. (2020). Stakeholder engagement in sustainability reporting: a classification model. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(5), 2071-2080.
- Tsalis, T. A., Malamateniou, K. E., Koulouriotis, D., & Nikolaou, I. E. (2020). New challenges for corporate sustainability reporting: United Nations' 2030 Agenda for sustainable



development and the sustainable development goals. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(4), 1617-1629.

Walsh, J. P., Weber, K., & Margolis, J. D. (2003). Social issues and management: Our lost cause found. *Journal of management*, 29(6), 859-881.

Xiong, G., & Luo, Y. (2021). Smog, media attention, and corporate social responsibility—empirical evidence from Chinese polluting listed companies. *Environmental Science and Pollution Research*, 28, 46116-46129

Xue, Y., Jiang, C., Guo, Y., Liu, J., Wu, H., & Hao, Y. (2022). Corporate social responsibility and high-quality development: do green innovation, environmental investment and corporate governance matter?. *Emerging Markets Finance and Trade*, 58(11), 3191-3214.

Zero, B. V., Jhuniór, R. de O. S., & Boaventura, J. M. G. (2020). A Mensuração do Processo de Cocriação de Valor em Empresas do Setor Bancário Brasileiro. *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, 6(3), 22–41. <https://doi.org/10.20401/rasi.6.3.428>